

O Governo Constitucional de Getúlio Vargas e a “crise fluminense” (1934-1935)

The constitutional government of Getúlio Vargas and
“the fluminense crisis” (1934-1935)

Antônio Manoel Elíbio Júnior

Doutor em História Social, UNICAMP, Departamento de História, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,
e-mail: tonyelibio@hotmail.com

Recebido: 20/05/2012

Aceito: 04/09/2012

RESUMO Com a reconstitucionalização do país em 1934, após a Revolução Constitucionalista de 1932, alteraram-se as regras do jogo político nacional, viabilizando novos enfrentamentos entre o poder central e as correntes políticas regionais que pretendiam ampliar sua margem de influência através da defesa do federalismo. Além disso, no período imediatamente posterior à promulgação da carta constitucional de 1934, constituiu-se uma arena de divergências políticas radicais, na qual a emergência de outras correntes ideológicas tornava-se inevitável. Este artigo pretende analisar as articulações políticas entre o Governo Federal de Getúlio Vargas e as lideranças partidárias do Rio Grande do Sul, principalmente acerca da sucessão do Governo do Rio de Janeiro entre 1934-35.

PALAVRAS-CHAVE Constituição de 1934; Getúlio Vargas; Partidos políticos; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro.

ABSTRACT *With the reconstitutionalization of the country in 1934 after the Constitutional Revolution of 1932, some rules of the national political game changed, enabling new clashes between the central power and regional political trends that wanted to expand its scope of influence by advocating for federalism. Moreover, in the period immediately after the promulgation of the Constitutional Charter of 1934, an arena of radical political dissents was constituted, in which the emergence of other ideological currents became inevitable. This article aims to analyze the political articulations between the Federal government of Getúlio Vargas and party leaders of Rio Grande do Sul, mainly about the succession of the Government of Rio de Janeiro between the years of 1934-35.*

KEYWORDS *Constitution of 1934; Getúlio Vargas; Political parties; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro.*

Introdução

Com a reconstitucionalização do país em 1934, após a Revolução Constitucionalista de 1932, alteraram-se as regras do jogo político nacional, viabilizando novos enfrentamentos entre o poder central e as correntes políticas regionais que pretendiam ampliar sua margem de influência através da defesa do federalismo. Além disso, no período imediatamente posterior à promulgação da carta constitucional de 1934, constituiu-se uma arena de divergências políticas radicais, na qual a emergência de outras correntes ideológicas tornava-se inevitável.

Podemos citar o surgimento da Ação de Resistência Nacional (ARN), proveniente de uma ala do Partido Republicano Liberal-PRL¹. Esse movimento enfatizava o

[...] espírito de disciplina em todos os companheiros, para a mais perfeita coesão partidária e autoridade do PRL e da própria ARN, a hierarquia deve ter, em todos os núcleos a mais perfeita e rigorosa observância.

Essa facção interna do PRL estava intimamente relacionada com as forças militares estaduais, e seria uma organização armada para defender as posições políticas do Governador do Rio Grande do Sul José Antônio Flores da Cunha. Dessa forma, a coerção e perseguição aos adversários da Frente Única Gaúcha-FUG seriam os principais objetivos da ARN. Com a anexação da Brigada Militar aos grupos de

“*provisórios*” e aos batalhões rodoviários, Flores da Cunha constituía um inegável poder militar².

Essa mobilização reacionária não era isolada. Também em 1934 chega no Rio Grande do Sul a Ação Integralista Brasileira (AIB) trazendo em suas propostas contundentes divergências com a centralização do Governo Federal. Por sua vez, em junho de 1935 surge, em contraposição a AIB, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) (Trindade, 1980)³. Em torno da Federação Operária do Rio Grande do Sul e dos trabalhadores das camadas médias urbanas, a ANL, apesar de ter permanecido como um grupo político por apenas 2 meses, conseguiu aglutinar uma forte oposição a AIB. Essa articulação foi promovida por amplos setores políticos do Rio Grande do Sul, desde membros do Partido Comunista Brasileiro, a correligionários do Partido Libertador.

Acreditamos que o aparecimento destas correntes políticas, opostas em suas perspectivas ideológicas, pode explicar o recrudescimento e cerceamento das liberdades associativas através de mecanismos preventivos como a criação da Lei de Segurança Nacional ou mesmo a posterior decretação do Estado de sítio e Estado de guerra em fins de 1935. Partindo dessa conjuntura política, as oposições partidárias no Rio Grande do Sul, reunidas na FUG, procuraram se aproximar do ex-Interventor e agora Governador Flores da Cunha.

Partidos Políticos e as Interferências do Governador do Rio Grande do Sul

Diante de toda essa mobilização partidária no Rio Grande do Sul, Vargas procurou “*preservar a ordem das perturbações previsíveis*” no estado⁴. Essas contradições são indicativas da estratégia “*pacificadora*” de Vargas, posto que as lideranças da FUG passaram a minimizar as críticas ao governo federal. Com efeito, ele manteve estrategicamente, no decorrer de 1935, um canal de diálogo com as lideranças da FUG. Com isso, procurou minar o poder

¹ No programa da ARN podemos verificar seis itens concernentes a estrutura organizacional-ideológica desta facção partidária. Os itens são divididos da seguinte forma: 1. Das finalidades; 2. Campo de ação; 3. Deveres dos legionários; 4. Juramento cívico; 5. Da organização; 6. Instruções Gerais. O documento revela uma nítida inspiração reacionária no comando dos “legionários”. Afirma-se, por exemplo, que

[...] é mister que cada um dos seus milicianos possua a convicção íntima e profunda de que a obediência não é subserviência, mas a subordinação consciente de cada um em benefício da solidariedade e coesão de todos e da força da milícia, banindo, uma vez por todas, o velho conceito da disciplina que só servia para afrouxar e romper os vínculos que deviam unir os gregários das organizações românticas e dispersivas do passado.

Parece-nos, conforme indica o documento que, de fato, a disciplina coercitiva seria o principal instrumento de formação da ARN.

Dentro do PRL os legionários da ARN serão sempre um elemento de concórdia e de confraternização, empenhando todos os seus esforços no sentido de fazer desaparecer os dissídios e desinteligências, si por ventura surgirem, pois que são fonte perniciosas que envenenam e destroem, não raro, o espírito de solidariedade eu faz a força dos Partidos. (Jornal: Diário Liberal, 31-07-1934).

Todos os documentos pesquisados para realização deste trabalho encontra-se nos seguintes arquivos: Arquivo Getúlio Vargas e Arquivo Lindolfo Color, ambos fazem parte do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC-FGV.

² Jornal: Diário Liberal, 30-04-1934. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa.

³ A ANL foi oficializada em fevereiro de 1935 quando da criação do seu Diretório Estadual Provisório. Foi formada por Dyonélio Machado (presidente), Agildo Barata (vice-presidente), Aparício Cora de Almeida (Secretário Geral), José Julio Parise Iglésias (1º Secretário), Raul Riff (2º Secretário), Antonio Mesplé (Delegado de publicidade), Severino Ronchi (Delegado de propaganda), Marciano Belchior Filho (Delegado de propaganda), Camilo Brandão (Tesoureiro).

⁴ Jornal: Correio do Povo, 08-11-1934. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa.

estadual de Flores e organizar uma nova configuração política no Rio Grande do Sul.

De fato, podemos perceber esta articulação política através de uma carta de Protásio Alves enviada em meados de 1935 a Getúlio Vargas relatando as “*manifestações de sympatia*” que algumas lideranças da FUG diziam nutrir pelo Presidente da República. Para Alves a situação política estadual havia chegado ao limite, constituindo-se como um “*malfadado embate desagregador*”. Segundo o missivista a preeminência de “*agitadores locais*” e o “*surto comunista*” tornavam fundamental uma “*providência*” que pudesse “*refrear tantos excessos*”. Pela “*ordem nacional*” e por uma “*higiene doméstica*”, Alves recorria à ação do governo federal para limitar aquilo que chamava de “*política expansionista do sul*”. Para Alves o interesse pela “*manutenção da ordem material e moral*” deveria sobrepujar a “*questionável*” liderança estadual de Flores. A descrição da situação foi assim relatada:

Em Maurício (Cardoso), (Paulo) Pahim e (Raul) Pilla, acompanhados de seus pares ou minoria, a proporção que cresce nelles a angustia, também augmenta o desejo de um fortalecimento. Esse fortalecimento q. acho necessário, indispensável mesmo, parece ter seu momento opportuno actualmente. Nossa administração caudilhesca com alguns melhoramentos em sua parte meias nobre vai provocando o effeito desagregatório q. já te referi. Essas crises importam n’um trabalho de desprestígio e os elementos alliciados ou alliançados se vão estimulando e se avolumando⁵.

Portanto, para Alves, o momento parecia-lhe oportuno para ensejar um fortalecimento das lideranças políticas da FUG, capazes de conter a “*administração caudilhesca*” de Flores da Cunha. Nessa mesma missiva, ele procurou dissuadir Vargas sobre um possível comprometimento das lideranças da FUG com o governo federal. Para o missivista os líderes do PL e do PRR Maurício Cardoso, Paulo Pahim e Raul Pilla estariam dispostos a uma “*cooperação*” na medida em que Vargas viabilizasse uma “*participação*” das oposições “*mais diretamente nos destinos nacionais*”. O artifício, engendrado pela FUG visando o “*fortalecimento do governo federal*” e mediado pelo missivista, argüia ainda que, com tais medidas, [...] a oposição frentista ficaria com franquias capazes de dar apoio, em qualquer emergência, sem

haver situações chocantes, de ordem partidária [...] ao governo federal⁶.

Contudo, não estamos afirmando que, ainda nesse momento, não tenha havido medidas conciliatórias entre Flores e a FUG. Verificamos que as lideranças da FUG propuseram uma reformulação da máquina administrativa do governo estadual, acarretando, desta forma, uma reorganização do jogo político no Rio Grande do Sul. O reduzido número de deputados estaduais da FUG ocasionava a contínua sujeição ao comando governativo de Flores, restando aquele partido sugerir apenas a manutenção das garantias de liberdade política e dos direitos humanos. Embora Flores tivesse o controle irrestrito da administração estadual, ele percebia a necessidade de tomar providências quanto à reformulação do Secretariado através de um acordo com os partidos da oposição.

Essas combinações políticas foram engendradas pelo líder do governo estadual na Assembléia Legislativa que, por sua vez, as envia ao Deputado do Partido Libertador -PL, Vespucio de Abreu, para apreciação. O ante-projeto foi dividido em 2 artigos sendo que o primeiro tratava da “*uniformidade e eficiência na atividade administrativa das Secretarias de Estado*” e na “*boa gestão dos negócios públicos*”. Quanto ao segundo artigo definia-se a criação de um Presidente de Secretaria com a função de fiscalizar, coordenar e executar as atividades administrativas das demais Secretarias de Estado. Sobre o segundo artigo, em carta ao Deputado João Carlos Machado em janeiro de 1935, Vespúcio Abreu considerava que esta organização burocrática seria despropositual, haja vista que esse papel seria de exclusiva competência do Governador do Estado.

Com a possibilidade de aplicação dessa fórmula administrativa, a advertência que o missivista colocava referia-se ao seguinte fato:

Si o Presidente do Secretariado for do mesmo partido e inteiramente solidário com o Governador tudo poderá marchar bem, mas si não for crear-se-á uma série de conflictos entre este e o presidente do Secretariado, que degenerará em conflicto político. Talvez ainda se pudesse evitar este inconveniente si se acrescentasse no referido art. 2º a palavra – administrativas – as palavras – por parte dos Secretários de Estado. Sob o aspecto político, si a elle extende-se o accordo, os germens de conflictos são em maior número e mais perigosos⁷.

⁵ Carta de Protásio Alves a Getúlio Vargas, 23-08-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

⁶ Carta de Protásio Alves a Getúlio Vargas, 23-08-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

⁷ Carta de Protásio Alves a Getúlio Vargas, 23-08-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

A execução da medida, conforme advertiu Vespúcio Abreu, impediria o próprio funcionamento do governo, fracionando seu poder e colocando em crise a ordem institucional federativa. Um retrato do “caos” se apresentava então, pois, para Alves, esta situação arrastaria o Rio Grande do Sul, ao em vez de prestigiar o Poder Público Nacional colocaria o estado “*contra este aumentando os perigos que já tanto*” ameaçavam a “*vida e a integridade do Brasil*”. Para Flores seria importante uma aproximação com a FUG, com a possível cooptação de seus líderes através do oferecimento de cargos na máquina administrativa do Estado. Entretanto, até os primeiros meses de 1935 Flores afirmava a Vargas que [...] elementos destacados da frente única [...] estariam fazendo “*sondagens para aproximação*”, sendo que, ainda naquele momento, “*nada havia sido resolvido ou assentado*”. Demonstrando abertura para o diálogo e acordos políticos com a FUG, Flores relatava que continuava [...] ouvindo a todos com boa vontade e sincero desejo de ver nossa gente de novo congregate⁸.

Todas essas tratativas prorrogavam quaisquer definições no que tangia às acomodações políticas no Estado. Flores manteve Vargas informado sobre os acertos e as orientações quanto à condução dos arranjos partidários no Estado. Em março de 1935, por exemplo, Flores envia um telegrama ao presidente informando-lhe sobre as “*demarches para o congregate*” do Rio Grande do Sul.

[...] só te posso dizer que até agora apenas se registra entrevista minha com Sinval na casa de meu filho Luiz. Nada mais houve. Simples reconciliação pessoal. Disse-me ele que consultado Borges sobre o passo que queria dar, este dera-lhe o consentimento. Estou informado de que Pilla, Neves, Collor, Assis, Bruno Lima, Torely, Lucidio Ramos, Gonçalves Vianna e outros libertadores desejam pacificação que, entretanto, encontra oposição de parte do Borges, Mauricio, Luzardo e de poucos mais, partidários da ação violenta⁹.

Além da posição reconciliatória, tanto pessoal como política, Flores afirmava que o único impedimento para os acertos de aproximação com a FUG era o desmazelo do “*solitário*” líder republicano Borges de Medeiros que, segundo o governador, “*estava delirante de despeito e ódio*”. Flores enfatizava, que a admoestação de Borges ia mais longe, exigindo-lhe

que retirasse sua candidatura e abandonasse a interventoria¹⁰.

De fato, os liames para um acordo de aproximação de Flores com algumas lideranças da FUG permaneceram em contínuas negociações e reuniões políticas¹¹. A gravidade da situação, mesmo com a incidência de mobilizações partidárias frontalmente opostas tanto ao governo de Flores como às lideranças da FUG, não aceleraram a condução de uma convergência política. Contudo, acreditamos que, atinente a essas negociações acerca de um acordo “*pacificador*”, as iniciativas partiram tanto do poder estatal constituído, como dos líderes da FUG¹².

Com relação a este aspecto, uma carta de Gabriel Pedro Moacyr, enviada em julho de 1935 para Flores da Cunha, evidencia nossa assertiva. Na missiva Pedro Moacyr enumera quatro itens sobre a “*pacificação do Rio Grande*”. As explicações para a discussão do “*movimento pacificador*” são atribuídas a Flores da

¹⁰ Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 23-03-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

¹¹ Apesar das constantes desavenças e trocas de acusações entre as lideranças da FUG e correligionários do PRL, os líderes da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul acompanhavam com muita atenção o “*namoro dessas forças políticas contrárias*”. Em documento anônimo atribuído às atividades da esquerda e apreendido pela polícia do Rio Grande do Sul, podemos verificar um certo trânsito de lideranças de ambos os partidos em reuniões partidárias. O documento relata esses trâmites da seguinte forma:

O Flores, visando talvez oferecer outra vez ao Getúlio um Rio Grande unido, para que este leve a cabo mais facilmente o golpe fascista premeditado, visando talvez igualmente impedir uma crítica as negociatas do seu governo, tenta ainda a aproximação com a Frente Única, onde parece que conta com a boa vontade do Pilla, o chefe do Partido Libertador. Outros elementos da Frente Única se acham também, ao que parece, animados dos mesmos propósitos conciliatórios, si bem que a grande maioria partidária se opõe a qualquer tentativa de pacificação, ameaçando mesmo deixar a Frente Única e aderir a A. N. L. caso ela se verifique. É exato que os elementos mais intransigentes se acham fora, no Rio. Borges de Medeiros, Luzardo, João Neves etc. É sintomático o fato da oposição parlamentar não ter até agora aberto os fogos, aqui, contra o Flores. Ainda há poucos dias, na Assembléa, foram os deputados frentiunistas acusados por um membro da maioria (Simões Lopes Filho) de seguirem conduta diferente da dos seus companheiros no Congresso. A Frente Única explicou, alegando que não atacara antes, porque se estava em pleno trabalho constitucional, e que, cessado este, ainda não possuía a Assembléa o seu regimento interno; que só agora, ultimadas uma e outra tarefa, é que ela poderia dedicar-se a crítica dos atos do governo. É visível o namoro dessas forças políticas contrárias. Documento FLS. 163-171. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

¹² Em dezembro de 1935 o Jornal Correio do Povo publica uma entrevista com líder do Partido Libertador Raul Pilla. Na entrevista Pilla reafirmava suas preocupações diante do “*recente levante comunista*”. O combate as forças “*extremistas*” seria uma das campanhas para avançar a “*mobilização das forças democráticas*”. Entretanto, Pilla ressaltava que a formação de uma frente comum que preconizasse a defesa das instituições para que

[...] realmente fosse útil e eficaz, não deve visar somente o extremismo, e por extremismo entendo tanto o da esquerda como o da direita, mas deve, também, realizar, desde logo, com a máxima urgência, a tarefa capital: A concretização da democracia representativa. Jornal: Correio do Povo, 11-12-1935. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa.

⁸ Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 22-03-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

⁹ Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 23-03-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

Cunha na medida em que, do governador, segundo Pedro Moacyr, havia partido a seguinte mensagem ao líder libertador Raul Pilla: [...] com ele se encontraria em qualquer lugar, que fosse designado pelo dr. Raul Pilla¹³.

As conversações citadas na missiva ratificavam a posição de Flores em estabelecer um convívio harmonioso com Pilla, uma vez que, acrescentava Pedro Moacyr, [...] depois de reatadas as relações pessoais, a pacificação do Rio Grande será uma conseqüência lógica e fatal¹⁴.

Levando-se em consideração as frases iniciais de inúmeras missivas enviadas a Flores, em meados de 1935, acreditamos que ele tenha solicitado a amigos e correligionários do PRL suas avaliações quanto aos possíveis acordos de uma aliança com a FUG. Foi comum encontrarmos as seguintes estruturas redacionais:

“Atendendo a sua solicitação no sentido de prestar os necessários esclarecimentos as demarches”, “Pede-me V. Ex. que eu dê o meu depoimento sobre o que se passou em relação as demarches em prol da pacificação da família riograndense”, “Segue minhas avaliações impessoais sobre os acordos entre V. Governo e a FUG”, “Não devem minhas impressões causar-lhe dúvidas, V. Ex. deve conduzir as demarches conforme sua impetuosidade cívica em prol da nação”¹⁵.

Ainda que não tenhamos encontrado em nossas pesquisas as cartas enviadas por Flores a estes correspondentes, obtivemos, assim como a carta enviada por Pedro Moacyr, outras 16 missivas encaminhadas ao governador, cujo conteúdo comum concernia a uma avaliação das circunstâncias políticas estaduais e nacionais. Todas as missivas circunscrevem-se aos meses de junho e julho de 1935. Imaginamos que, em decorrência de uma possível sensação de insegurança, associada a uma manobra política que deveria suplantar as divergências do passado, Flores também procurava obter apoio e fidelidade independente da sua posição política¹⁶.

¹³ Carta de Gabriel Pedro Moacyr a Flores da Cunha, 26-06-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

¹⁴ Carta de Gabriel Pedro Moacyr a Flores da Cunha, 26-06-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

¹⁵ Carta de Lindolfo Collor a Flores da Cunha, 22-05-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

¹⁶ Acreditamos que as constantes denúncias de insurgentes armados no estado, de uma conspiração dentro do próprio governo ou as notícias de um afrontamento com o governo federal tenham provocado em Flores, uma forte sensação de vulnerabilidade. Mesmo entre amigos e familiares traçavam-se acusações de insubordinação ao mando de Flores. Encontramos somente no primeiro semestre de 1935, 19 cartas anônimas cujo conteúdo comum dizia respeito as possíveis conspirações. Do Rio de Janeiro, por exemplo, um anônimo escreve

O antigo aliado Antunes Maciel parecia manter um incondicional apoio a Flores da Cunha. Em maio de 1935, por exemplo, o ex-Ministro da Justiça escreveu a Flores alertando-o sobre as notas que vinham sendo publicadas no jornal “A Pátria” do Rio de Janeiro. Segundo Maciel, a folha prosequia [...] em desabridos ataques contra Flores, [...] agora em auge de aleivosias e injurias. As notas da imprensa carioca, segundo Maciel, estariam [...] difamando a honra de Flores, motivo pelo qual [...] deveriam agir energicamente¹⁷.

Diante desta afronta caluniosa e do ódio resultante das “publicações aparecidas” no “A Pátria”, como recurso último, Flores exigiu vingança através de uma “reparação pelas armas”. O arranhão à honra de Flores e o constrangimento público de ver seu nome ofensivamente repudiado na imprensa da capital da República seriam motivos suficientes para empunhar em armas num duelo mortal. Para resolver a delicada situação de vida ou de morte, no dia 25 de maio de 1935, reuniram-se no apartamento de Góes Monteiro, os oficiais do exército: Álvaro Mariante, Francisco de Andrade Neves e Adalberto Corrêa. A acareação foi realizada com a presença do acusado pelas injuriosas publicações, o diretor do jornal Antenor Novaes. Na ata da reunião, lavrada no Cartório José D. Rache em 27 de maio do mesmo ano, documenta-se ainda, a acusação de Flores da Cunha de [...] haver sido brutal e gratuitamente ofendido pelo Dr. Antenor Novaes. Ao que parece, o incidente teria sido provocado pelo próprio Flores da Cunha, que supostamente havia publicado no “Jornal da Noite” de Porto Alegre, ofensivas críticas a “honra” do jornalista Antenor Novaes e de sua família. Todavia, a contra acusação foi recusada por Flores que afirmava não possuir qualquer poder de interferência “na orientação política ou administrativa do vespertino em questão”. Como resultado da reunião reparatória os envolvidos acordaram 4 itens conciliatórios.

- 1º Que o General J. A. Flores da Cunha não teve nenhuma responsabilidade pessoal nas ofensas veiculadas através do ‘Jornal da Noite’;
- 2º Que ofendido injustamente no revide do Dr. Antenor Novaes, merece o General J. A. Flores da Cunha, todas as explicações e satisfações;

a Flores, em fevereiro de 1935, alertando-o sobre a posição de Chico Flores, irmão de Flores da Cunha. Segundo o missivista, Chico estaria [...] absolutamente contra o interventor [...] e [...] declarou peremptoriamente que não aceita a indicação do seu nome [...] ao governo do Estado. E ressaltava:

[...] os nossos adversários estão trabalhando ferozmente. As intrigas campeiam e os boatos que começam a circular são apavorantes. Carta de anônimo a Flores da Cunha, 26-02-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

¹⁷ Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 21-05-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

- 3º Que o Dr. Antenor Novaes somente offendeu o General J. A. Flores da Cunha por desconhecer que a autoria das publicações feitas no ‘Jornal da Noite’ não lhe pertencesse e assim procedêra sob o império de uma profunda dor moral, ignorando aquela circunstância;
- 4º Que por taes razões, offerece uma reparação completa pela retirada das injustas expressões offensivas à pessoa do General J. A. Flores da Cunha e Família, publicadas na ‘A Pátria’¹⁸.

O esforço para a consecução de um projeto que respondesse à altura das organizações que espreitavam o poder governamental era de vital importância para Flores. Acreditamos que o diagnóstico mais importante obtido por Flores foi encaminhado pelo jornalista do “Diários Associados” do Rio de Janeiro, Florêncio Machado. A missiva tem quatro páginas e relata com minuciosidade um retrospecto político do Rio Grande do Sul. Parece-nos, com efeito, que Machado atribuí à sua narrativa jornalística uma “*verdade*” inquestionável, haja vista, segundo ele, de ser [...] capaz de reproduzi-la sem falsear¹⁹. Para o jornalista, possuidor de uma “*memória irretorquível dos fatos*”, fazia-se necessário que antes da discussão sobre as “*demarches*”, relatasse a “*fase da vida riograndense*” imediatamente anterior aquele momento. Nessa carta o tom apoloético conferia ao relato uma conotação histórica ao percurso político posterior a “Revolução de 30”:

Os partidos políticos do Estado vinham de sair de uma árdua luta eleitoral em que lamentáveis excessos se praticaram, no ardor da campanha, cavando fundos abismos de ódio e separando cada vez mais os homens. Terminada a manifestação das urnas, após a veemência da ação de propaganda que a precedeu e em vésperas da instalação da Assembléia Constituinte, sentia-se em todos os meios sociais um anseio incontido de tranquilidade e de paz. As classes conservadoras apelavam abertamente por um resfriamento da liça no terreno político considerando, com justeza, a adoção de métodos mais serenos e fraternais como uma garantia imperiosa de paz, indispensável ao trabalho e a prosperidade econômica do Estado²⁰.

Machado consideraria que para a continuidade das negociações em torno de um acordo político, havia a necessidade de [...] respeito individual dos adversários uns pelos outros, saindo a campanha

política do terreno pessoal para entrar em uma fase útil de discussão de idéas e programas. Os obstáculos então, para uma reconciliação pacífica, decorriam das demonstrações efusivas de radicalismo partidário e das “*posições extremas assumidas*”. Nesse sentido, segundo o jornalista, o líder liberal Men de Sá e o governista João Carlos Machado haviam demonstrado irrefutáveis provas de “*caráter*” e “*espírito patriótico*” para conduzirem o processo de negociações políticas.

Nem o dr. João Carlos nem o dr. Men de Sá se opuzeram em princípio ao encontro que entre eles sugeri, tendo porém aquele declarado que antes de marca-lo teria de informar, por um dever de lealdade partidária, ao general Flores da Cunha, e o mesmo fazendo o dr. Men de Sá com relação ao dr. Raul Pilla²¹.

Ao que foi indicado na carta, os acordos resultantes de uma reunião de três horas na casa do jornalista Florêncio Machado não tiveram poder deliberativo, tão pouco os líderes partidários puderam assumir compromissos políticos. Para Men de Sá, segundo o missivista, a “*imediate pacificação do Rio Grande*” somente seria possível com a “*desistência do general Flores da Cunha de ser candidato a governança do Estado*”, posição que coincidia com a do líder do PRR, Borges de Medeiros. A tensão no encontro entre Sá e Machado, relatada pelo missivista, correspondia às dificuldades em alcançar algum consenso entre os frentistas e Flores da Cunha. Por sua vez, João Carlos Machado, conforme escreveu o jornalista, rechaçava qualquer hipótese de afastamento de Flores do Governo do Estado afinal:

[...] indicado por um congresso partidário em que teve votação unânime, esse partido de modo nenhum poderia sequer pensar em modificar o seu voto. [...] o General Flores, em se tratando do bem da sua terra, capaz de individualmente renunciar, sobretudo porque sua presença no Governo é uma garantia de prosperidade do Rio Grande²².

Assim como Flores encontrava dificuldades para compor uma aliança conciliatória no estado, sua relação com o Governo Federal, desde o primeiro semestre de 1935, vinha sendo continuamente perpassada por crises e contradições. As alterações políticas envolvendo a figura do governador cada vez mais colocavam-no em uma situação de constrangimento e divergências com Vargas. Parece-nos, com efeito, que a composição e nomeação

¹⁸ Ata de Reunião, 25-05-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

¹⁹ Carta de Florêncio Machado a Flores da Cunha, 29-07-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

²⁰ Carta de Florêncio Machado a Flores da Cunha, 29-07-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

²¹ Carta de Florêncio Machado a Flores da Cunha, 29-07-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

²² Carta de Florêncio Machado a Flores da Cunha, 29-07-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

para Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro e para o governo daquele estado causou-lhe muitos problemas e uma efetiva ameaça de rompimento com o Governo Federal. De fato, podemos acompanhar, através das missivas trocadas entre Flores e Vargas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1935, as dificuldades de um entendimento que levasse a manutenção de um apoio recíproco entre os missivistas. Contabilizamos 38 cartas e 47 telegramas deste período, sendo que todos mencionavam ou tratavam exclusivamente do “*caso fluminense*”.

Em carta no mês de julho de 1935, o Deputado Federal Marcos Bittencourt relata a Flores as controversas manobras de Vargas para a eleição ao governo do Estado do Rio de Janeiro. No referido documento, o missivista sintetiza a questão da seguinte forma:

Certamente o meu querido amigo está informado do que se passa em relação ao caos do estado do Rio. A União Progressista tem se mostrado firme e coesa. Rejeitou as propostas que lhe foram feitas pelo Protógenes que é um homem insensato, e se tivesse brio, já teria há muito renunciado. Prefere, entretanto, manter-se na triste posição contra um colapso de armas que foi espoliado por um conluio indecente do Getúlio com os membros do Tribunal Eleitoral. [...] Este caos do estado do Rio manobrado pelo Getúlio por intermédio do Rau foi um golpe armado contra o General Flores da Cunha com intuito de destruir a influência que teu nome tem no Brasil. A meu ver só pode ter uma solução: procurar a um candidato da parte progressista ou da oposição, desde em que todo mundo reconheça a intervenção do General Flores da Cunha²³.

De fato, os alertas de uma convulsão social ou mesmo uma mobilização armada no Rio de Janeiro, antes das eleições para o governo do estado, parecem ter deixado os ânimos exaltados. Dois dias depois de receber a carta de Bittencourt e avisado também por seu irmão Chico Flores que trabalhava em uma guarnição do exército no Rio de Janeiro, Flores da Cunha envia um telegrama a Vargas pedindo-lhe que tomasse providências “*enérgicas*” e que “*interviesse em tempo*” antes das desordens que estariam sendo preparadas. A insubordinação de oficiais do exército como os generais Crhistovão Barcellos e o capitão Gwyer Azevedo tornavam a situação ainda mais delicada. As indefectíveis informações prestadas

“*por pessoas da mais alta confiança*”, sentenciava Flores, não suscitariam dúvidas para que Vargas se antecipasse a “*quaesquer ocorrências desagradáveis*” próximo ao período da apuração das eleições pelo Tribunal Eleitoral Regional²⁴.

Divergências Políticas e o “Caso Fluminense”

Com efeito, o clima de intranqüilidade e insegurança minava as tentativas de uma aproximação e convergência política entre Flores e Vargas. Conforme alertou Flores, a insubordinação de oficiais de altas patentes, insatisfeitos com o situacionismo político no estado do Rio, havia se tornado em uma ameaça concreta. Em uma extensa missiva de Vicente Rao a Vargas, tomamos conhecimento das ameaças do General Barcellos em provocar uma rebelião militar no estado.

No “*breve relatório*” sobre o “*caso político do Estado do Rio*”, Rao enfatizava as tentativas conciliatórias ante as “*intransigências*” de Barcellos. Segundo Rao, as provocações de Barcellos e o anúncio de uma “*luta armada*”, resultavam do fracasso de um dialogo pacífico, posto que o [...] General somente admittia a solução de ser elle próprio o governo do Estado²⁵ A exposição de Rao prosseguia destacando as divergências entre os grupos que disputavam o governo do Estado.

Nessa situação, a vista da intransigência de uns e desinteligencia de outros, attendendo a necessidade de salvaguardar a ordem pública no Estado que circunda o Districto Federal, nesta hora de conspiratas político-comunistas, declarei aos colligados, quando me procuraram, que por dever de patriotismo não deviam escolher nenhum nome francamente partidário, pois o Estado não poderia ser governado com a maioria de um voto na Câmara, convindo, sim, preferir-se um nome acima das paixões do momento, em torno do qual, mais dia menos dia, pudesse o Estado retornar a paz, proporcionando um forte núcleo de apoio ao Governo da República²⁶.

Havia, portanto, uma inequívoca dificuldade do executivo federal em coordenar um acordo cujo

²³ Carta de Marcos Bittencourt a Flores da Cunha, 23-07-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

²⁴ Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 25-07-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

²⁵ Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

²⁶ Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

corolário satisfizesse militares, os grupos políticos locais e Flores da Cunha. A divisão dos grupos políticos fluminenses, liderados por Raul Fernandes, Macedo Soares, César Tinoco e Alfredo Backer, seria, segundo Rao, o principal motivo desagregador no impasse surgido em torno da eleição para o governo estadual. Além disso, urgia ao Governo Federal uma rápida resolução do problema, posto que não poderia continuar submetendo sua influência no estado em uma “*hora de conspiratas político-comunistas*”, alertava Rao²⁷.

Apesar dos atritos e desavenças entre os grupos de apoio ao governo federal, e a despeito da ira do General Barcellos que procurava alçar-se ao comando incondicional do governo estadual, parece-nos que a medida conciliatória contou com a disposição do oficial da Marinha Almirante Protógenes Guimarães. Rao enumera 3 motivos “*plausíveis e sensatos*” para escolha consensual de Guimarães ao governo do estado. Primeiramente “*porque não saíu de nenhum*” partido; “*porque representa uma garantia a manutenção da ordem pública*”; “*porque parecia permitir uma conciliação geral*.” Ainda assim, as disputas pela sucessão estadual não cessaram, chegando mesmo a assassinatos e tiroteios durante as eleições para Deputado Estadual²⁸.

A maioria parlamentar eleita garantiria a eleição do seu candidato ao governo do estado, já que o sufrágio era indireto. Os acirrados embates e as conspirações criminosas entre os correligionários dos partidos ocasionavam tumultos, agitações públicas, ameaças

de morte e contratação de jagunços. O clima de suspeição entrincheirava os candidatos à Assembléia Legislativa em ciladas e espancamentos. Às vésperas das eleições para o legislativo estadual, por exemplo, Rao noticia a Vargas a invasão de “*jagunços armados, carregando-se de ameaça*” aos deputados. Mesmo com forte esquema policial, o “*deputado colligado Arnaldo Tavares*”, próximo a sua residência, foi alvejado por um “*grupo de jagunços*”. De fato, as tentativas de assassinatos tornaram-se comuns, obrigando a “*força federal*” a intervir com mais rigor. Contudo, mesmo com inspetores da polícia fluminense e com tropas federais requisitadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, o “*deputado Capitolino foi baleado*” no plenário da Assembléia Legislativa. Com a morte do deputado Capitolino do Partido Progressista o partido de Barcellos obteria a maioria legislativa o que o tornaria governador eleito.

Ainda assim, Protógenes Guimarães conquistou a maioria parlamentar e elegeu-se com 23 votos contra 22 da oposição. Isto não garantiu-lhe a permanência no cargo, pois o Superior Tribunal Eleitoral suspendeu a posse dois dias após as eleições. A decisão do Superior Tribunal Eleitoral, ordenando a suspensão das eleições, foi elogiada por Flores que, conjuntamente com o General Pantaleão Pessoa, apoiavam a nomeação de Barcellos ao governo do Rio de Janeiro. O documento epistolar de Rao elenca ainda 4 pontos desaprovando as articulações de Vargas sobre as eleições no Rio de Janeiro.

- a) fazer governador o General Barcellos com minoria de votos na Assembléia;
- b) desatender a requisição de força feita pelo Tribunal;
- c) negar garantias de vida aos deputados da maioria;
- d) aprovar os crimes praticados em Nictheroy²⁹.

Para a bancada situacionista na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, a atitude de Flores era uma clara demonstração de obstrução as leis e uma intervenção indevida em assuntos que não seriam de sua competência administrativa. Ao procurar minimizar o clima de animosidades alimentado por denúncias de conspirações, Rao afirmava a Vargas que Flores desconhecia as “*circunstâncias*” eleitorais, tão pouco era ciente dos crimes cometidos ao mando de Barcellos.

²⁷ Em fins de 1935, Flores da Cunha e Raul Pilla concedem ao jornal “A Noite” do Rio de Janeiro, uma extensa entrevista sobre [...] os recentes levantes extremistas e a necessidade de coordenação das forças democráticas em torno da pacificação política do Estado. Segundo o jornal, após receber as notícias de sublevação no Rio de Janeiro, Flores da Cunha prontamente mobiliza as forças militares estaduais, deixando-as sob alerta. A transcrição do depoimento de Flores no jornal deixava claro sua intenção em cooperar com o governo federal para a “*suffocação do golpe extremista*”. Segundo Flores

[...] a rapidez na organização de recursos militares é o atestado suficiente da decisão do meu Estado ante a ameaça comunista. O Rio Grande, como sabem, não oferece a menor possibilidade à expansão das doutrinas pregadas pelos agentes de Moscou, mercê da índole do povo, do teor de vida e das condições econômicas e sociais dominantes. Aqui não existe miséria como não existe a classe dos potentados. Reina por toda parte o verdadeiro regimen da igualdade, sem ódios sociais nem luta de classes.

As ameaças de desordem à tranquilidade pública seriam drasticamente punidas. Flores afirmava que

[...] aqui, se alguém levantar a cabeça contra as instituições, estamos aparelhados para uma repressão tão violenta quanto a brutalidade dos métodos de agressão comunista, de minha parte, serei o primeiro a dar o exemplo de semelhante energia, si o extremismo se lembrar de armar os seus golpes contra o Rio Grande. Jornal: A Noite, 10-11-1935. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa.

²⁸ Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

²⁹ Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

É grande, aliás, a exploração que a minoria vem fazendo em torno do nome honrado do General Flores, buscando, por força de intrigas, indispor-o contra o Governo Federal e contra o Estado de S. Paulo. E a minoria sabe que somente num ambiente de desordem e desentendimentos é que poderiam vingar os seus planos e propósitos de hostilidades contra o Governo e seu eminente chefe³⁰.

No mesmo dia em que foi datado o “*relato fiel*” de Rao, esclarecendo o que havia se passado na ausência de Vargas na capital federal, Flores, por intermédio de Pantaleão Pessoa, envia a Barcellos um telegrama externando sua incondicional fidelidade ao “*prezado amigo*”. A medida intervencionista de Flores traduziu-se com a delegação do Deputado João Carlos Machado, cujas instruções seriam a de levar a Barcellos o “*decidido apoio da representação riograndense*”. Flores afirmava no telegrama que a ameaça maior seria uma [...] trama visivelmente entretecida pelos sr.s Protógenes, Armando Salles, Ráo, e Macedo Soares que objetivavam “*entregar novamente o Paiz aos paulistas*”³¹.

Parece-nos que as desmedidas contendas e as constantes denúncias acusatórias provinham de inúmeros relatos epistolares. Com efeito, a equação política do “*caso do Rio*” ficava mais longe de uma resolução na medida em que as estratégias políticas divergiam e tornavam cada vez mais incompatível uma conciliação entre Flores e Vargas. No começo de outubro, por exemplo, Flores recebeu de Mário Bittencourt uma missiva advertindo-o sobre a “*crise instalada no Rio*”. No documento Bittencourt insuflava ainda mais os ânimos, atribuindo a Vargas e Rao o “*colapso de armas*” engendrado por “*um conluio indecente do Getúlio com os membros do Tribunal Eleitoral*.” O argumento era poderoso, especialmente numa conjuntura de assassinatos e tiroteios. O missivista continuava afirmando que

Este caos do estado do Rio manobrado pelo Getúlio por intermédio do Rao foi um golpe armado contra o General Flores da Cunha com o intuito de destruir a influência que teu nome tem no Brasil. A meu ver só pode ter uma solução: procurar a um candidato da parte progressista, [...] em que todo mundo reconheça a intervenção do General Flores da Cunha. [...] Acho que meu prezado amigo devia vir ao Rio ou mandar enérgicas instruções a sua bancada, porque ninguém tem dúvida que é uma partida que esta sendo jogada contra o General Flores da Cunha, muito mais agora, com a sua

vitória contra os adversários da frente única, em caminho da dissolução...³²

A fragilidade da situação política de Flores da Cunha assumia, assim, contornos bastante instáveis. Cada vez mais se insinuava uma crise do pacto entre Flores e Vargas mediante as dissensões na condução política. Procurando dispersar as acusações de uma “*jogada*” para “*destruir a influência*” do “*Caro Amigo Flores da Cunha*”, Vargas lhe envia, no início de outubro de 1935, uma carta relatando-o sobre as tratativas de uma “*intervenção conciliatória*” no “*caso do Rio*”. Acreditamos que Vargas conhecia o esquema de informações de Flores, pois no documento ficavam evidentes as referências às “*intrigas*” que os “*inimigos*” procuravam causar entre os dois. Vargas demonstrava a Flores conhecer as cartas e os telegramas enviados para correligionários na capital federal e ainda mesmo com quem estas epístolas eram trocadas. Afirmava Vargas:

[...] teus telegramas de animação aos progressistas criaram contra ti certo ressentimento da outra facção política e deram como resultado a crise da liderança³³.

Quase dois meses depois, em outro telegrama de Vargas enviado a Flores, o presidente parecia não mais mostrar confiança no antigo aliado. Segundo Vargas, as “*intrujices*” de Flores o colocavam em uma posição indefensável, senão mesmo irritante. Além disso, as manobras políticas de Flores no Rio Grande do Sul preocupavam Vargas na medida em que o primeiro capitaneava para si um inquestionável controle sobre as lideranças do PRL. Segundo Vargas, a “*inquietação de caráter político*”, resultante do constrangimento provocado por Flores no “*caso do Rio*”, trazia-lhe “*surpresa*” e “*espanto*”. Para restabelecer, portanto, a ordem e a tranquilidade ao país, tornava-se fundamental “*assegurar a harmonia entre os elementos políticos*” que “*honravam seu apoio ao governo federal*”, já que Flores, segundo Vargas, teria criado um “*ambiente de expectativas e prevenções*”³⁴.

As dificuldades de um consenso em torno de um nome para o governo do Rio de Janeiro criavam uma circunstância que poderia causar um colapso na governança federal. Um terceiro nome, já que Barcellos e Protógenes teriam dificuldades na administração do governo estadual, poderia ser uma “*solução conciliatória*”, “*difícil*”, afirmava Vargas, “*mas não impossível*”. Todavia, uma questão parecia

³⁰ Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

³¹ Telegrama de Flores da Cunha a Pantaleão Pessoa, 30-09-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

³² Carta de Mário Bittencourt a Flores da Cunha, 04-10-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

³³ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 05-10-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

³⁴ Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 19-11-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

resolvida para Vargas: a inviabilidade de Protógenes assumir a administração do executivo fluminense, mesmo que pudesse, com isto, “*conciliar os ânimos*”. O motivo, segundo Vargas, seria a desvantagem em trocar o

[...] cargo de Ministro da Marinha, de maior relevo para ele, e onde goza de estima de sua classe, pelo de Governador, com apoio instável, rudemente combatido, e ainda mais, para governar um Estado de finanças precárias³⁵.

De fato, as divergências e as expectativas políticas no Rio de Janeiro, concernentes ao desgaste político, poderiam enfraquecer ainda mais à capacidade de Flores em intervir em questões políticas localizadas. Assim, conforme a missiva de Vargas, “*além da exploração feita pela oposição*”, temia-se o “*fermento da desordem gerado pela situação fluminense, com o recrudescimento da campanha comunista*”. Por conseguinte, quaisquer que fossem as deliberações engendradas, Vargas retomava os compromissos com Flores concluindo:

É preciso que as intrigas, as tramas obscuras e subreptícias, as intrujices, não medrem a ponto de suscitar melindres e ressentimentos, onde a amizade e a confiança recíproca só tem motivos para predominar, no interesse da própria tranqüilidade nacional³⁶.

A resposta de Flores não tardou. Três dias após o envio da carta de Vargas, Flores lhe escreve afirmando reconhecer a justeza das tentativas de apaziguamento político no Rio de Janeiro. Segundo Flores, a “*actuação*” de Vargas procurava achar [...] para o caso fluminense uma solução conciliatória, sem humilhação e abandono de amigos leaes e dedicados. As medidas de Vargas deveriam estancar a possibilidade de uma “*colisão*” entre aquele e Flores. Além disso, ressaltava o missivista, a indução do governo federal a uma “*imparcial e patriótica*” ação política, resultaria em um “*maior prestígio do próprio Governo*”³⁷.

Se Vargas em sua missiva reafirmava a “*afetuosa*” relação com Flores, dirimindo “*as intrigas*” e “*as tramas subreptícias*” que poderiam causar “*melindres e ressentimentos*”, também o governador do Rio Grande do Sul, procurava tranqüilizar o “*Caro Amigo*”. Diante da escaudada situação do Rio de Janeiro, Flores não titubeava revigorar sua relação com Vargas.

Intrigas não poderão separar-nos, nem prejudicarão o apoio que sempre emprestei e continuarei lealmente a emprestar ao teu governo. sabes que o Rio Grande pede pouco, é fácil attendel-o e contar sempre com elle, na paz e na lucta. Aceita um abraço do amigo certo³⁸.

As trocas epistolares expressando afetivas amizades e solidários cumprimentos, não diminufram ou dirimiram os agravos resultantes das denúncias de conspirações e intrigas³⁹. João Carlos Machado, correligionário de Flores da Cunha, reuniu-se com Vargas no dia 07 de novembro de 1935. Por volta das 10 horas da noite daquele dia, no escritório do Palácio Guanabara, Vargas recebeu, “*de pijama*”, o deputado Carlos Machado. Segundo Machado, a conversa com o Presidente objetivava esclarecer “*por definitivo*” as atribuições quanto a “*monstruosidade*” praticada por Vargas contra Flores. Tal manobra, atribuída ao comando de Vargas, dizia respeito à oferta de compensações aos líderes do Partido Liberal Fluminense para dividir o partido. Assim, segundo Machado, a medida visaria o “*desprestígio e o aniquilamento de Flores*”. Ao ser interpelado pelo deputado, Vargas levanta-se “*numa estremeção*” debruçando-se sobre o inquiridor e gritando: “*Como? O que? Mas o que é que tu estás dizendo?*”. A situação narrada em carta enviada a Flores da Cunha reproduzia a declaração de Vargas diante do enfrentamento.

O que se me atribui constitui uma injúria de tal natureza que dignamente, eu não posso escrever uma palavra sobre o assunto, para me defender. Mas tua deves escrever ao Flores perguntando-lhe quem lhe transmitiu esta miséria e dizendo-lhe que deve com a maior severidade tirar tudo a limpo, afim de se saber donde e de quem partiu a calúnia⁴⁰.

Entre a renúncia de Protógenes Guimarães e a possibilidade de uma conciliação, as discussões permaneciam sem uma definitiva resolução. Em carta enviada a Flores, Maciel relatava o “*caso fluminense*”, que, segundo ele, continuava em [...] masturbação [...]. Ao que indica o documento, a “*demora acarretaria, sem remédio*”, muitos prejuízos. Segundo o missivista a hipótese de um acordo tornava-se cada vez mais remota devido ao recurso propugnado pelos progressistas no Tribunal Eleitoral Federal. Diante

³⁵ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 05-10-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

³⁶ Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 05-10-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

³⁷ Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 08-10-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

³⁸ Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 08-10-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

³⁹ Como já destacamos na introdução deste trabalho, as cartas como fonte-objeto nos interessam pelo que contém de indicativo sobre o missivista, seja na posição de remetente ou de destinatário e suas circunstâncias de escrita. Segundo Lemos, em relação a circunstância, [...] há pessoas que desfrutam de perspectiva privilegiada, em decorrência de atributos particulares, por estarem no lugar certo na hora certa. (Lemos, 2004: 56).

⁴⁰ Carta de João Carlos Machado a Flores da Cunha, 07-10-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

desta “*morosa e indefinida*” circunstância política, Maciel afirmava que somente Flores poderia conduzir as “*démarches*” alentando, com isto, as divergências nacionais:

Por isso mesmo, o teu nome cresce, dia por dia, no seu conceito, como o de um homem firme e decidido, encarnando uma vontade firme e grangeando uma forma incontestável, no meio apático em que estamos vivendo. Cada vez me convenço mais da necessidade de arrancar do Rio a capital deste enorme paiz. A displicência devora, neste ambiente tão singular, a energia quase geral. O Carnaval e as trajetórias dos astros de cinema preocupam precipuamente as melhores forças da metrópole e parece que contaminam os dirigentes, isso sem levar em conta o calor, que se inicia com rigores sérios, neste Verão⁴¹.

O gravame provocado com as manobras na eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro colocou Flores em uma posição aflitiva. Havia uma ameaça concreta arregimentada contra Flores, alardeada por diversos missivistas que o mantinham em “*caráter de urgência*” informado sobre as possíveis conspirações. Com efeito, já no final de 1935, Flores recebeu do oficial do exército Pantaleão Pessoa um extenso telegrama alertando-o sobre a “*atmosfera de apreensões*” instalada na capital da República. No documento podemos verificar o tom de denúncia à crescente “*ação technica comunista*” e a insatisfação com a “*fraqueza indiferença da licenciosidade do governo*”. Segundo Pessoa, a política havia se tornado um terreno fértil do domínio do “*ódio e das paixões*”. Além disso, no telegrama, Pessoa adverte Flores quanto às tentativas das lideranças frenteunistas em [...] perturbar as boas relações do prezado amigo com o governo federal⁴².

Todavia, antecipando-se às admoestações que poderiam ser criadas por uma oposição estadual ainda mais combativa, Flores toma a iniciativa de convidar o líder do Partido Libertador, Raul Pilla, para a nova pasta que seria criada, a Secretaria de Educação e Saúde Pública. Entretanto, Flores, ao fazer o convite, deixava claro que estava convidando não o político do PL, mas o “*Professor Pilla*” com o objetivo de “*pacificar o Rio Grande*”⁴³. Assim como Flores fazia questão em distinguir o “*político do professor*”, Pilla, na mesma medida, recusa o convite alegando ser “*difícil, senão impossível*” “*scindir o médico e professor do político militante*”. Sendo Presidente do Diretório Central do PL, em Porto Alegre, Pilla

declinava do convite afirmando a impossibilidade em assumir um cargo no governo estadual que “*não estaria a vontade*”⁴⁴.

A dificuldade na composição de um governo de coalização e que abarcasse tantos interesses divergentes tornava o governo do Rio Grande do Sul ainda mais frágil às investidas centralizadoras de Vargas. Mesmo com os entraves de um empreendimento apaziguador, Flores passou a investir em uma negociação conciliatória com a FUG. O “*desentendimento político com Getúlio*” obrigava Flores a procurar as lideranças da FUG oferecendo cargos na máquina administrativa estadual. Em meados de novembro de 1935, Machado Coelho escreve ao governador riograndense apreensivo com o “*desenlace*” da situação política. A dramática circunstância governamental e política de Flores reduzia sua margem de manobras, haja vista a aceitação da fórmula proposta pela FUG. O relato de Coelho transmitia a Flores a “*enorme ansiedade nas rodas políticas*” da capital federal. As especulações vertiam em dois caminhos. Ou Flores levaria a crise a um “*desfecho definitivo*” com o rompimento com Vargas; ou, como “*salvação nacional*”, aceitaria a resignação pacífica como um “*remédio mais adequado ao Brasil*”⁴⁵.

As reuniões e acertos de uma “*fórmula*” que pudesse converter o dissenso partidário no Rio Grande do Sul, já se arrastavam desde setembro de 1935. Em outubro daquele ano, a Comissão Central do PRL avaliou a proposta da FUG quanto à condução de uma reorganização da administração estadual. No documento enviado aos líderes do PL e do PRR, o diretório do PRL dizia “*delegar plenos poderes a seu presidente*” para “*aceitar a realização da formula Pilla*”. Não se tratava em acordar plenamente com as deliberações propositadamente impostas pela FUG. A Comissão do PRL desejava açodar a reaproximação de Flores com as lideranças frenteunistas. Em sua avaliação, a proposta de criação de um cargo, cuja designação administrativa seria a fiscalização das ações governamentais, não seria constitucional. A alternativa poderia assentar-se desde que:

[...] dentre os secretários de Estado, um seja designado pelo Governador para presidir as reuniões dos secretários, nas quaes se adoptem medidas para a boa marcha da administração, especialmente no que se refere a arrecadação e despesa pública⁴⁶.

⁴¹ Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 24-10-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

⁴² Telegrama de Pantaleão Pessoa a Flores da Cunha, 13-11-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

⁴³ Carta de Flores da Cunha a Raul Pilla, 12-11-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

⁴⁴ Carta de Raul Pilla a Flores da Cunha, 15-1-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

⁴⁵ Carta de João Machado Coelho a Flores da Cunha, 17-11-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

⁴⁶ Carta da Comissão Central do PRL a Flores da Cunha, 15-09-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

Com isto, estaria afastada a possibilidade de um governo de “*base parlamentar*”, pois o executivo manteria substancialmente a ação governativa. O documento enviado a Flores para sua apreciação dividia-se em 8 itens que dispunham sobre a organização da máquina burocrática e a participação da FUG no governo. Além dos dispositivos que postulavam a esfera de competências dos secretários de estado, no item 4º determinava-se o

[...] entendimento sobre a situação administrativa dos municípios em que a Frente Única eleger os Prefeitos, principalmente no que se refere as autoridades policiais e judiciárias (Pesavento, 1980: 73).

Podemos depreender que, com tal medida, as lideranças da FUG acreditavam limitar os desmandos, as cassações e as prisões desmedidas praticadas pelas milícias estaduais em convivência com o governador (Pesavento, 1980).

Todavia, acreditamos que o item que poderia conduzir a um definitivo processo de condescendência tácita entre Flores e a FUG era aquele que dispunha sobre a [...] designação pelo Governador de duas Secretarias de Estado para serem ocupadas por membros da Frente Única, e por elle livremente escolhidos⁴⁷. A “*fórmula pacificadora*” foi levada ao conhecimento de Vargas em outubro de 1935. A lentidão por uma resposta, obrigou Raul Pilla a reescrever a Vargas solicitando-o mais agilidade nas ponderações sobre “*delicada situação política e social do país*”.

Peço venia agora a V. Excia para lembrar a necessidade de abreviar a resposta, entre outros motivos, porque estando já a correr o mês de novembro, maiores delongas impossibilitariam se efetivasse a fórmula lembrada, caso viesse ela a ser aceita por V. Excia. Esta só consideração de ordem material justifica que me eu dirija agora a V. Excia. Solicitando o seu pensamento sobre o assunto. [...] Há s que, a pretexto de defender a autoridade e as prerrogativas de V. Excia, que absolutamente não estão em jogo e, pelo contrário, só poderiam fortalecer-se com o aviltre, deturpam a verdadeira significação da fórmula [...]. há ainda os extremistas que contra a solução e os seus propugnadores estão movendo uma forte campanha, por lhes não convir nada que possa fortalecer o atual regime⁴⁸.

Parecia, portanto, impostergável um acordo de Vargas para a manutenção da ordem institucional no país. João Daudt D’Oliveira, em uma extensa carta enviada a Vargas no dia 30 de novembro de 1935, elabora uma minuciosa avaliação sobre a situação do Rio Grande do Sul no “*cenário federal*”. Em visita a Porto Alegre durante as festividades do Centenário Farroupilha, Daudt D’Oliveira reuniu-se com as lideranças da FUG com as quais teve uma “*afetuosa conversa*”.

Pude observar, com alegria cívica, que existe entre os chefes da oposição da nossa terra o desejo sincero de pôr termo ao dissídio político, pela formação de um governo nacional, dentro da fórmula Raul Pilla com as modificações que as circunstâncias aconselharem, no intuito superior de assegurar ao Brasil a paz e a tranqüilidade de que tanto necessitamos⁴⁹.

Se havia, segundo o missivista, um “*desejo sincero*” de João Neves da Fontoura, Raul Pilla, Baptista Luzardo, Mauricio Cardoso e Borges de Medeiros em “*pôr termos ao dissídio político*”, há anos ocorrido no Estado, não lhe parecia “*viável uma aproximação do Flores, dentro do ponto de vista em que se colocaram*” os frentistas. Entretanto para o missivista as causas da postergação do acordo estadual não resultavam da inércia da FUG ou mesmo da ação do governo federal. Antes, Daudt D’Oliveira atribuía à “*má vontade contra o Rio Grande*” os motivos da cisão política no estado. E mais, segundo D’Oliveira:

A supremacia da nossa terra no ambiente nacional é considerada com um jugo incommodo e um impecilho, que precisam acabar. Com o Rio Grande unido, essa malquerença e hostilidade surda são inócuas e mesmo ridículas. Com a nossa scisão política, ellas se avolumam e ganham força, representando um grave perigo para nossa futura situação. Não tenhamos a menor illusão: o desejo unânime, é ver o governo passar das tuas mãos para as dos filho de qualquer outra unidade da federação, mantendo o Rio Grande rompido, porque isso significará a anulação do prestígio gaúcho no Brasil. Não terá escapado a tua aguda observação a existência de forças occultas, que procuram solapar e impedir todas as tentativas de formação de um governo nacional, mediante actividades confusionistas⁵⁰.

Contudo, supomos que a avaliação de Daudt D’Oliveira, sobretudo quanto à posição de resistência de Flores em aceitar um acordo com a FUG, não estava propriamente adequada. A “*malquerença*” e

⁴⁷ Carta da Comissão Central do PRL a Flores da Cunha, 15-09-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

⁴⁸ Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas, 13-11-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

⁴⁹ Carta de João Daudt D’Oliveira a Getúlio Vargas, 30-11-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

⁵⁰ Carta de João Daudt D’Oliveira a Getúlio Vargas, 30-11-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

a “*hostilidade surda*” pareciam se dizimar ante as tratativas e cordiais trocas epistolares entre Flores e Pilla, ou mesmo entre o primeiro e mediadores da relação. Talvez por dissimulação ou por estratégia política, Flores procurou estabelecer um intenso diálogo com Pilla no final de 1935 (Lemos, 2004)⁵¹. Podemos destacar, por exemplo, duas missivas enviadas ao Deputado Federal Adalberto Corrêa com quem Pilla mantinha estreitos laços de amizade. Flores recorreu a Corrêa, para que este dissesse a Pilla quanto estimado o era do governador⁵².

Além disso, já em fins de 1935, a Comissão Central do PRL envia uma carta a Vargas comunicando sobre a aceitação da “*possibilidade de realização no Estado da fórmula Raul Pilla*.” A missiva, assinada por Flores da Cunha, Theobaldo Fleck, José Antonio Netto, Miguel Muratori, Antenor Amorim, Vazulmiro Dutra, Mario Totta, Alberto Bins, Vitor Dumoncel Filhos, Guerra Blessmann, A. Quim César, Soares de Barros e Francisco Flores da Cunha, confirmava a aproximação do PRL com a FUG. Evidentemente, as bases desse acordo eram instáveis e revogáveis. Podemos verificar, por exemplo, quatro contundentes e inapeláveis ressalvas postuladas pelas lideranças do PRL quanto à “*fórmula Pilla*” (Trindade, 1980)⁵³. Inicialmente, os liberais postulavam que a efetivação de “*entendimentos posteriores*” deveriam ser submetidos à apreciação do PRL. Além disso, consideravam os líderes do PRL, a “*solução política*” deveria “*prestigiar os Governos do Estado e da União*”. Como terceira ressalva afirmava-se que o [...] conagraçamento das forças políticas do Rio Grande não poderá ser feito contra ninguém e sim para o bem geral. Finalmente, como última demonstração da anuência receosa com o acordo, os missivistas diziam ser sinceros em seus propósitos colaboracionistas,

“*sem exclusivismo, na obra de defesa e fortalecimento do regimen democrático*”⁵⁴.

A resposta de Vargas foi enviada por telegrama apenas um dia depois do recebimento da missiva dos líderes do PRL.

Apraz-me agradecer comunicação me fizestes sobre entendimentos para coordenar correntes políticas estado com fim conagraçamento Rio Grande do Sul e fortalecimento prestígio Governo Estado e União. – Cumpre-me declara-vos, deante dos termos da Vossa comunicação, que considero louváveis e patrióticos os propósitos visados, principalmente momento em que todas as forças vidas nacionalidade reagem contra tentativas subversão regime – Cordiaes Saudações⁵⁵.

Se em Vargas o “*conagraçamento*” das forças partidárias no Rio Grande do Sul era motivo de entusiasmo e vibração, a ponderação de Machado Coelho não seguia a mesma avaliação. Em carta enviada para Flores em dezembro de 1935, Coelho afirmava que a “*pacificação do sul*” estaria “*preocupando muita gente*”, especialmente no Estado de São Paulo. Segundo o líder do PRL, os governos de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco enfrentavam contundentes oposições estaduais que inviabilizavam qualquer aproximação ou acordo político conciliatório. Em São Paulo, por exemplo, Coelho afirma que “*qualquer acordo*” seria “*impossível pela irredutibilidade do PRP*” que, segundo o missivista, [...] continuava sem querer saber de conciliação com o governo estadual⁵⁶.

Por sua vez, os cumprimentos de Vargas a Flores pelos “*louváveis e patrióticos*” propósitos com a “*fórmula Pilla*”, não seriam verossímeis, tão pouco plausíveis segundo Coelho. O missivista é enfático quando, ao relatar sua desconfiança na “*boa vontade de Getúlio*”, levanta temor e resignação. Mesmo com tal suspeição, Coelho afirmava que, segundo disse-lhe o líder do PRL, Lindolfo Collor, Vargas continuava sua “*política de fortalecimento*”, sendo que para tal empreendimento, visava “*boycotar*” Flores da Cunha. Em tais condições, além da ameaça da “*infiltração comunista*” que criava, segundo Coelho, uma situação social muitíssimo grave, parecia-lhe que Vargas não teria suficiente “*energia e autoridade para mudar o rumo sombrio*” do Brasil. Diante dos boatos

⁵¹ Nossa consideração a respeito do significado do “*diálogo epistolar*” se aproxima daquela apontada por Renato Lemos. Para Lemos, a

“*carta-conversa*” está tomada pelos temas da vida, de que pode ser fator e registro simultaneamente. [...] Enviadas ou recebidas por um prisioneiro no cárcere, “se rendem forçosamente ao seu sentido primeiro: o de abolir distâncias”. Há conversas que parecem não ter fim e, então, as cartas não esgotam sua missão quanto lidas pelo destinatário. O remetente as quer ao alcance da mão, por razões não explicitadas – ‘Devolva a carta, porque não tenho cópia’ – ou por uma possibilidade de desdobramento futuro – ‘como lhe remeto em original, sem rascunho, peça-lhe me envie uma cópia’ (Lemos, 2004: 63).

⁵² Carta de Flores da Cunha a Adalberto Corrêa, 20-11-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

⁵³ Segundo Trindade,

[...] a solução buscada, tanto pela FUG, como por Flores, tem sentido na medida em que a agregação das forças políticas significa, também, aumento do poder. Para a FUG, apresentavam-se garantias mais concretas para o seu funcionamento e a possibilidade de alguma ingerência mais direta no aparelho de Estado com a posse de duas Secretarias. Para Flores, fortalecido militarmente a coesão política interna agregava mais elementos para a resistência ao avanço do poder central (e consequentemente com vistas à incorporação da Brigada Militar ao Exército (Trindade, 1980: 25).

⁵⁴ Carta de Flores da Cunha, Theobaldo Fleck, José Antonio Netto, Miguel Muratori, Antenor Amorim, Vazulmiro Dutra, Mario Totta, Alberto Bins, Vitor Dumoncel Filhos, Guerra Blessmann, A. Quim César, Soares de Barros e Francisco Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 22-12-1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

⁵⁵ Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 23-12-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

⁵⁶ Carta de Machado Coelho e Flores da Cunha, 23-12-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.

de rompimento, conspirações e intrigas que poderiam dissipar a frágil aliança entre Flores e Vargas, alguns deputados federais, inclusive da bancada do PRL, ameaçavam desertar e, com isso, Flores perderia apoio político. A solução que se apresentava, na avaliação de Coelho, seria a “*cooptação*” e mesmo o “*aliciamento*” destes deputados, posto que com a “*colaboração de Collor*” e os “*ares do sul*” poderiam eles “*adquirir maior clarividência*”⁵⁷.

Referências

- Lemos, Renato Luis do Couto e (org.). 2004. *Bem traçadas linhas - a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto.
- Trindade, Hégio (org.). 1980. *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Pesavento, Sandra. 1980. *A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

⁵⁷ Carta de Machado Coelho e Flores da Cunha, 23-12-1935. Arquivo Flores da Cunha, CPDOC-FGV.